O DISTRICTO DE AVEIRO

PUBLICA-SE A'S TERÇAS E SEXTAS FEIRAS.

Preços: (com estampilha)
Anno, 3$540 réis — Semestre, 1$770 réis — Trimestre, 935 réis.

Subscreve-se e vende-se unicamente no escriptorio da administração, rua Direita n.º 28. — Publicações de interesse particular, são pagas — Folha avulsa, 40 réis — Annuncios, 20 réis por linha — Correspondencia não franqueada, não será recebida — Artigos mandados á redacção, sejam ou não publicados, não serão restituidos.

Preços: (sem estampilha)
Anno, 3$000 réis — Semestre, 1$500 réis — Trimestre, 800 réis.

NUMERO 258 | **TERÇA-FEIRA 29 DE DEZEMBRO DE 1863** | **TERCEIRO ANNO**

EXPEDIENTE

Rogâmos aos srs. assignantes d'este jornal, cujas assignaturas se acham em débito, o obsequio de as mandarem satisfazer com a possivel brevidade, enviando-nos a sua importancia em vales do correio, podendo deduzir nas quantias, que hajam de nos remetter, o seguro do correio.

AVEIRO

O governo acaba de transferir para Pernambuco o nosso consul no Maranhão, nomeando consul d'esta ultima cidade um individuo que concluiu no anno lectivo passado a sua formatura em direito, e que nunca, que nós saibamos, exerceu emprego publico algum nem da natureza d'aquelle para que o despacharam, nem de outra qualquer.

Não podemos deixar de censurar o sr. ministro dos estrangeiros pela escolha da pessoa a quem investiu no cargo de consul portuguez no Maranhão. Bem sabemos que nada remediamos com a nossa censura, porque nem s. ex.ª revogará o despacho que fez lavrar, nem os nossos clamores hão de obstar a que de futuro continuem a practicar-se eguaes injustiças, e se exerça em grande escala o mais escandaloso patronato na nomeação para os cargos publicos. Estamos convencidos de que clamamos no deserto; mas nem por isso havemos de abster-nos de clamar, por que não subimos a esta tribuna senão para dizer a verdade aos povos e nos governos, embora o cumprimento d'esta espinhosa missão nos acarrete a inimisade de uns e o desagrado de outros.

Que titulos recommendavam o sr. José Correia Loureiro para que o sr. ministro dos estrangeiros o fizesse entrar na vida publica começando por confiar-lhe um logar de tanta consideração? Que serviços havia prestado ao paiz? Em que provara elle a sua aptidão para bem exércer as funcções consulares?

Os titulos de capacidade, as provas de aptidão, e os serviços prestados, dil-os uma concisa carta em que o nobre duque de Loulé o recommendava aos seus collegas para ser despachado, e que ha dias publicou um jornal de Coimbra. Dizia essa carta que o sr. Loureiro cursara a universidade com protecção do governo e com bastante distincção, e que desejava ser empregado convenientemente.

Se o governo formou o sr. Correia Loureiro, era este senhor que se lhe devia mostrar agradecido, e não persuadir-se o governo de que tinha obrigação de recompensar com um logar pingue e importante o obzequio que o seu protegido lhe fizera acceitando-lhe a protecção.

Se o governo queria absolutamente dar ao sr. Loureiro um emprego, que o eximisse da obrigação de continuar a sustental-o depois de formado, nomeasse-o amanuense de uma secretaria, porque o não deslustrava com isso: os logares de amanuense são hoje procurados por muitas capacidades.

Da distincção com que o sr. Correia Loureiro cursou a faculdade de direito não queremos, de proposito, dizer cousa alguma. O sr. Loureiro desejava ser empregado convenientemente, e o sr. duque de Loulé entendeu que o emprego que lhe convinha era o consulado do Maranhão. Que o sr. Loureiro convenha, ou não, ao emprego para que o nomearam, que para o servir a elle se preterissem individuos com mais habilitações e com mais direitos a serem preferidos para o exercicio d'aquelle lucrativo logar, isso pouco importa ao governo. Primeiro que tudo está o patronato; acima das conveniencias publicas está o dever de condescender com a vontade dos grandes personagens.

Este desgraçado paiz sempre assim foi e ha de ser sempre assim. Na escolha dos candidatos aos empregos publicos olha-se menos ás habilitações e direitos adquiridos do que ás protecções.

Lembramos ao nobre duque de Loulé e aos seus collegas no ministerio que o credito e bom nome de um gabinete não deriva só da prudencia e acerto com que sabe haver-se na adopção de medidas de reconhecido interesse geral, e na moralidade que preside aos grandes lanços de politica. A honestidade dos governos avalia-se tambem pela imparcialidade e justiça que transluz em actos da natureza d'aquelle de que nos estamos occupando.

Em breve ha de ser pedida a cada chefe de familia uma lista em que declare qual o numero de pessoas que pernoitaram em sua casa na noite de 31 de dezembro para o 1.º de janeiro proximo futuro, incluindo as que ahi não dormiram n'essa noite por se acharem temporariamente ausentes, mas que fazem parte da familia; ao que deverá accrescentar-se o nome, edade, estado e profissão de cada uma d'ellas. Tem se em vista obter d'este modo o computo da população do continente do reino, e ilhas adjacentes, ordenado por decreto de 23 de julho ultimo.

E' de esperar que ninguem se recuse a prestar ás commissões parochiaes para esse fim nomeadas os esclarecimentos pedidos, respondendo lealmente e com a possivel exactidão aos quesitos dos boletins de familia. A verdade, n'este caso, não prejudica ninguem, e pode servir de grande utilidade ao governo e a todos os cidadãos; por que hoje está mais que muito demonstrado que o conhecimento, tão exacto quanto ser possa, da população de um paiz é uma das mais indispensaveis condições da sua boa administração.

O intuito do governo é justo e assaz louvavel; tractemos, pois, todos de o coadjuvar, respondendo com verdade ao que se nos pergunta.

Ao Campeão das Provincias

Continuemos na confutação das deploraveis pequices do «Campeão», as quaes nem o nome de sophismas merecem; e antes de irmos mais além, dirigiremos varias perguntas aos leitores.

Se qualquer homem visse claramente que lhe assediavam a sua casa individuos inclinados ao alheio, para s'empossarem com violencia do seu conteudo, não empregaria todos os esforços para a preservar d'uma invasão, que via apercebida e prestes a cair sobre ella com todas as suas forças? Não procuraria todos os meios de defeza? Não resistiria por todos os modos, que lhe assegurassem a certeza de que os seus bens não iam ser preza dos inimigos da propriedade, dos sectarios do communismo? Não luctaria, em quanto se lhe não extenuassem de todo as forças, de que dispozesse, contra a horda inimiga, até vencer ou ficar vencido?

Certamente; porque a defeza propria é um poderoso sentimento congenito com o homem, e com todos os seres de ordem inferior.

Nenhum homem, absolutamente nenhum, deixaria, quando se visse assaltado, de defender o que lhe quizessem roubar. Pois n'este caso estão os seis honrados lavradores, que se apresentaram a defender a egreja, depois que viram que os receios de ser invadida pelos adversarios se realisavam com o apparecimento dos cinco opposicionistas.

Estão ainda mais do que n'este caso; porque qualquer homem, que defendesse a sua casa procurava só o salvamento d'ella; mas estes seis lavradores não tractavam só da defesa do que lhes pertencia; era mais lato o fim dos seus serviços: queriam a conservação do patrimonio d'um concelho inteiro, patrimonio de mais valor, do que todos os bens terrestres do mesmo, a regeneração moral e material, pela qual quasi todos trabalhavam. Era um patrimonio commum a alguns milhares de habitantes. E esse patrimonio precioso estava virtualmente contido nas urnas das tres assembléas: roubada uma, perdido estava elle: e a esse fim se dirigiam todas as vistas dos antagonistas, por terem a evidencia de que os seus esforços não tinham obstado a que nós triumphassemos.

Portanto o cuidado, com que aquelles honrados lavradores velaram a noite de 29 de novembro em Aguada de Cima, em torno da egreja, para evitarem algum assalto á mesma, não pode deixar de ser considerado legal e justo; não sabemos de lei alguma, natural ou positiva, que o condemne.

Vamos agora á refutação do artigo que o fecha o famoso libello do «Campeão». Falla se ahi de um crime egual ao de Q. Ligario. Nunca os leitores tiveram noticia de outro maior. Fez arrepiar o «Campeão» por frustrar a realisação das suas ambições.

Quereis saber bem qual foi esse crime? Foi uma salva de seis tiros, que festejou o nosso triumpho eleitoral!

E' preciso abolir a usança de saudar o triumpho com tiros; porque tal saudação é um crime, no entender do «Campeão das Provincias», cuja palheta lhe deu uma tal pintura, um colorido tal, que faz enregelar de horror os menos timidos!

E' preciso que todos os canhões se encravem para nunca mais tornarem criminosos os que com elles saudarem algum acontecimento memoravel; porque aquelle jornal fulmina-os logo com o seu latego! Cuidado! é terrivel o *papel!*

Diz elle: «A guarda pretoriana não se contentou com os estropicios da noite, appellou para o arruido, a fim de afugentar da assembléa os eleitores, que deviam fiscalisar as operações da meza. Mandou dar uma descarga, para lhes fazer vêr que, se a urna não expressasse a vontade do pretôr, a opposição seria fuzilada junto a ella!»

Isto é um sophisma tão miseravel como o seu auctor.

Saibam primeiro os leitores que de noite não houve estropicios alguns. Nós estivemos conversando no adro da egreja com os seis lavradores até ás duas horas da noite, e mais tres amigos nossos da Castanheira; depois fomos descançar o resto da noite. Durante ella não succedeu cousa alguma, que se parecesse com os estorpicios de que falla o «Campeão». Reinou o socego durante toda a noite.

A salva, que os seis lavradores fezeram ecoar, quando dia começou a mostrar-se em golfões de luz, não teve outro fim mais do que festejar o triumpho, que estava nas convicções de todos. Não foi para afugentar ninguem; foi para mostrar a todos que era aquelle o dia, em que o solio da liberdade havia de surgir radiante de luz das ruinas do despotismo; foi para annunciar a todos que na tarde d'esse dia se havia de hastear o pendão da victoria!

E como havia de ter este facto interpretação diversa, se toda a gente sabe muito bem que é um costume antigo salvar um acontecimento, que dá praser a um logar, a uma villa, a uma cidade ou a uma nação inteira?

Quando uma esquadra estrangeira dá entrada no porto de Lisboa, não é salvada pelos canhões das nossas fortalesas e pelos dos nossos navios de guerra surtos no mesmo porto.

Quando um principe viaja pelo nosso reino, não é festejado do mesmo modo? Com certeza. Mas, segundo os dizeres do articulista, só tem um fim: é o de afugentar. Pois nós pensamos de um modo mui differente; achamos-lhe um fim inteiramente diverso: é o de festejar; e estamos certo de que toda a gente concordará comnosco.

E como poderia a salva de tiros ter por fim «afugentar os eleitores, que deviam fiscalisar as operações da meza», se os encarregados d'isso pela opposição não tinham rasões, senão para nos louvarem pela delicadeza e attenção, com que os tractavamos?!

Esses encarregados eram os srs. Queiroz de Barrô, Apollinario d'Aguada de Cima, padre Luiz d'Aguada de Baixo, e Joaquim d'Almeida da Forcada. Emprazamol-os para que digam se foram menos considerados, do que exigiam as suas gerarchias, se alguem do nosso partido practicou para com ss. ss.as alguma acção reprehensivel ou se, emfim, houve alguem, que desse á salva dos seis tiros a significação que pertende dar-lhe o «Campeão das Provincias».

Assim ficará o «Campeão» desmentido, e a verdade vingada.

Continuaremos.

A. F. de Campos.

(COMMUNICADO)

Lendo o communicado d'Albergaria, inserto no n.º 256 do «Districto», entendi dever responder-lhe, fazendo algumas ratificações ao, que antecedentemente tinha escripto, á vista das rasões expendidas pelo seu mysterioso auctor.

Á primeira reflexão, que se me faz, posso muito bem responder que, não sendo descortinador nem interprete de mysterios, mal podia eu derivar das palavras apocalypticas *encarnados nas mesmas pessoas* o engenhoso sentido, que seu auctor lhes ligou. Mas nem por isso deixaremos de ficar amigos como d'antes, advertindo todavia que para melhor nos entendermos d'ora avante, melhor será despir a linguagem e o pensamento de todo o mysterio, mesmo para que todos possam compenetrar-se das verdades, que tão artificiosamente encobre.

Quando fallei do presidente foi só para provar quão pouca é a influencia que o administrador aqui tem em eleições; e se as cartas da Graciosa e Oliveira lhe foram dirigidas, não foi isso mais que para o não fazer passar pelo desaire de soffrer uma derrota, o que poderia acarretar-lhe ou a demissão ou menos boas vistas da auctoridade superior.

Sobre a minha opinião ácerca dos sentimentos e acções do articulista, creio que ella pode com todo o rigor do que já tinha dito: pois que, sendo condicional a minha proposição, provadas as bases firme está ella. Para o futuro posso por tanto contal-o entre os defensores das liberdades, e como tal deixar-lhe-ei livre o campo, certo de que deixará todo o mysterioso, e mostrará aos leitores do «Districto» as ideias, em que abunda sobre a maneira, como correm as cousas publicas no nosso concelho.

Isto será um beneficio aos nossos patricios, porque os *heroes de tão arduas façanhas* talvez se abstenham mais de as practicar, vendo que todos lhe descobrem a *pata cuprina*.

Algures d'Albergaria, 25 de dezembro de 1863. * * *

Eu e o meeting de S. Pedro do Sul

(Conclusão do numero antecedente.)

Vejamos agora o procedimento que houve comigo.

No dia 16 d'agosto pela manhã procurou-me em casa o sr. administrador de Oliveira de Frades, e mostrou-me um officio do administrador de S. Pedro, em que este lhe recommendava que viesse ter comigo e com o sr. Cabral, e nos pedisse que adiassemos a convocação do «meeting» para outro dia que não fosse o do mercado daquella villa.

Respondi que o adiamento já nós o tinhamos determinado quando estiveramos em S. Pedro do Sul, e que por tanto achava superfluo aquelle officio. Notei então tres coisas.

A primeira foi o assumpto do officio, em que me pareceu ver o administrador de S. Pedro do Sul a querer arrogar a si a iniciativa do adiamento para alardear serviços.

A segunda, foi a intenção com que no mesmo officio, para sitios onde eu era tão conhecido, se accrescentou ao meu nome a qualidade de engenheiro empregado nas obras publicas de Aveiro.

A terceira, foi a quasi insistencia com que o sr. administrador de Oliveira de Frades me disse que passado o dia da feira, podia o «meeting» fazer-se logo n'um dos dias proximos, e que convinha fazel-o em quanto eu alli estava, ao que respondi que não era indispensavel a minha assistencia. Passou-se isto, e no dia 17 de tarde disse-me alguem que vinha da feira de S. Pedro, que tinha alli chegado o governador civil de Vizeu com uma força do regimento de infanteria 14, que esta força tinha sido distribuida pela feira e pela villa, que o administrador mandára doze vintens a cada praça, e que o governador civil se retirára depois de ter ido fallar com o sr. João de Mello Soares, o qual lhe fizera ver a superfluidade d'aquelle espalhafato. Eu, considerando que S. Pedro do Sul está a tres leguas de distancia de Vizeu, e que havia tres dias que se tinha tratado e desistido do projecto do «meeting», não vi em tudo isto senão uma miseravel quichotada do governador civil e administrador, para fazer *jús* ás graças do poder.

Disseram-me tambem então que alguem escrevêra de Vouzella ao sr. duque de Loulé, participando-lhe que se tinha alli tratado d'uma revolução, a que essa pessoa obstára, e não sei que mais nesse sentido. Não acreditei que houvesse ninguem tão destituido de senso commum, que inventasse tal desproposito, e se atrevesse a communical-o ao sr. duque.

Lembrei-me porém logo, que estava em Vouzella o sr. deputado Ayres de Gouvêa, e tudo julguei possivel. A facilidade com que o sr. Ayres diz e desdiz as coisas, como aconteceu a respeito desta estrada de S. Pedro do Sul a Albergaria, dizendo uma vez em Vouzella que acabava de conhecer na sua passagem pelas Talhadas que era por alli impossivel o traçado (impossibilidade que não existia, e que nem o sr. Ayres estava no caso de conhecer) e indo pouco depois dizer em S.

Bento que tinha uma opinião *singular* sobre aquelle traçado, que era que elle devia seguir pelas Talhadas, lançando ao mesmo tempo insinuações sobre os motivos que determinaram a directriz adoptada; a falta de criterio com que elle faz affirmativas, que muitas vezes não passam de meros embustes.

A leveza de animo, os absurdos sociaes que me constou que elle proferira ao saber do projecto do «meeting»; tudo isto era mais que sufficiente para eu suppôr o sr. Ayres capaz da referida participação ao sr. duque de Loulé. Effectivamente é hoje publico em Alafões que o sr. Ayres a fizera; e eu tenho todas as rasões para crer na existencia desse documento.

E' certo que eu não fiz então caso de nada d'isso, e dias depois, quando eu já estava em Aveiro, ao mesmo tempo que por um lado me participaram que o governo mandára, pelas camaras e administradores dos concelhos de Alafões, annunciar aos povos que fa dar todo o desenvolvimento á estrada de Albergaria a S. Pedro do Sul, justificando assim a proficuidade da idêa do «meeting», recebia eu por via da direcção das obras publicas um officio que me mandava apresentar no ministerio da guerra, sendo assim despedido do serviço relativo ao ministerio das obras publicas, por constar n'este ministerio por um officio do do reino, *que eu me pozera á testa dos individuos, que quizeram promover uma manifestação publica.*

De boa mente acceitei a minha exoneração, visto como ella era o preço da sollicitude que o governo promettia aos povos d'Alafões.

Ri-me do mal que se me quiz fazer, tirando-me uma commissão, em que eu entendia que fazia mais favor ao governo do que o governo me fazia a mim, e na qual, se eu me conservava, era por estar ás ordens do sr. Silverio, e por ter em muito as boas relações dos habitantes de Aveiro. Pezou-me porém a desconsideração com que o governo se apressou em me infligir o que elle suppoz um castigo, sem fundamento plausivel, e sem me ouvir primeiro.

O governador civil de Vizeu tinha-me accusado officialmente. Mas basta lêr o seu officio para vêr com quanta circumspecção se devia proceder comigo, ainda mesmo dando credito ás palavras do sr. Branquinho. Dizia elle:

«A feira que em S. Pedro do Sul teve logar no dia 17 do corrente, correu sem a mais leve alteração da ordem estabelecida, como já me coube a honra de communicar a v. ex.ª n'um telegramma datado d'aquelle mesmo dia.»

Aqui ha já a notar a impostura com que o sr. Branquinho quiz participar que se tinha tratado de alterar a ordem publica, como se a alguem tivesse passado isso pela mente, a não ser pela do sr. Branquinho, vindo com a força armada e as suas auctoridades promover o alarme onde devia saber que tudo era paz, porque, por vêrem que as auctoridades a queriam alterar, é que tres dias antes tinham dezistido de promover uma reunião pacifica cavalheiros que o sr. Branquinho bem sabia que eram homens de ordem.

Dizia mais o officio:

«Os individuos que promoviam o «meeting» ou manifestação publica, que então estava projectada, e entre os quaes figurava notavelmente José Bandeira, engenheiro empregado na direcção das obras publicas do districto d'Aveiro (!), tiveram de desistir em presença da manifesta reprovação, que encontraram da parte dos habitantes da villa de S. Pedro do Sul, cujo bom espirito tive occasião de pessoalmente observar.»

Aquelle ponto de admiração com que o sr. Branquinho apresentou ao ministro do reino o meu nome e o meu emprego, descobre os baixos instinctos do seu espirito. Vê-se alli a animosidade pessoal, cujo fundamento só explico pela escandalosa parcialidade que o sr. Branquinho tem manifestado contra o concelho de Oliveira de Frades, como ainda ha pouco mostrou, apoiando uma disparatada proposta da divisão territorial, que prejudicava altamente aquelle concelho. E vê-se tambem alli o pasmo servil do empregado politico, que se admira que um engenheiro tome parte em uma manifestação publica, auctorisada pelas idêas e pelos exemplos. E' preciso que o rs. Branquinho saiba que vae grande differença do logar d'um governador civil, que póde ser dado a qualquer *parvenu*, que se exercite na servidão de traficancias politicas, e que olha para o emprego como uma necessidade da sua existencia, ao logar d'um engenheiro, que não deve a sua posição ao favor dos governos, que olha para o emprego como para um contrato, e que tem nas suas habilitações scientificas o penhor do seu merito, e no seu trabalho valioso e livre a garantia da sua independencia e do seu futuro.

Não repetirei aqui o que já referi miudamente, para mostrar a falsidade com que o sr. Branquinho diz que se desistiu do «meeting» em presença da manifesta reprovação dos habitantes de S. Pedro, e notarei sómente dizer elle que teve occasião de observar pessoalmente o bom espirito d'aquelles habitantes, que era exactamente o bom espirito de ter querido concorrer para a projectada manifestação publica, toda pacifica, como lhe informou o sr. João de Mello Soares, a quem o sr. Branquinho se dirigiu para esse fim, retirando-se logo para Vizeu.

Não obstante isto, o sr. Branquinho no seu intento de transtornar tudo para inculcar serviços, continúa no seu officio attribuindo a não realisação do «meeting» ás medidas tomadas pelo administrador em virtude das suas instrucções, fazendo lembrar o cavalheiro da *batalha das damas* que se queria distinguir n'um incendio extincto, diz que as suas instrucções não eram tendentes a prohibir qualquer representação pacifica aos poderes do estado, mas sim o projectado acto, que elle chama tumultuario, e que era exactamente uma representação pacifica; e depois accrescenta:

«O motivo ostensivo da referida manifestação, era a urgencia que os respectivos agentes ou officiosos promotores se esforçavam por fazer crer, que existia de pôr immediatamente em construcção a estrada de Vizeu a Albergaria.»

Este periodo revela mais alguma coisa do que o caracter embusteiro do sr. Branquinho. Insinuar que havia fins occultos no projectado «meeting», inventando que era necessario esforço para fazer crer o que todos sabiam, e supponho-me um agente encommendado para perturbar a ordem publica, quando por nenhuma circumstancia, nem pelo meu caracter, nem pelos meus precedentes, nem pela informação de nenhuma pessoa sensata, porque o proprio administrador de S. Pedro me disse que bem conhecia a pureza das minhas intenções, podia o sr. Branquinho aventar similhante supposição, sendo pelo contrario a minha pessoa uma garantia d'ordem e de isenção partidaria, levantar por tanto aleives desta natureza, mentindo á propria consciencia, é uma infamia de que nem eu mesmo julgava capaz o sr. Branquinho.

Eu, accusado de agente politico! eu, que vivia estranho á lucta dos partidos, e que, embora nunca gostasse do actual ministerio, tinha em Aveiro por amigos os amigos do governo, e passava fóra d'alli como seu professo politico, especialmente na terra onde reside o sr. Branquinho, e onde o jornal da localidade dizia por essa occasião que a lembrança do «meeting» não tinha partido de ninguem da opposição, mas de individuos que eram *progressistas da gemma*!

Para se conhecer quaes eram os meus fins occultos, direi aqui que, dias depois do projecto do «meeting» foi remettida de Oliveira de Frades ao sr. Thiago Horta uma carta de um deputado ministerial, em que elle lhe dizia que tinha notado, na sua passagem por alli, o mau estado dos povos e o seu descontentamento relativamente ao atrazo da estrada, e lhe pedia que interviesse com o governo a favor delles.

Nesta carta, que foi escripta antes do projecto do «meeting», e cuja remessa se demorou até depois delle, foi incluso o memorial em que se participava que o descontentamento tinha crescido ao ponto de se ter feito aquelle projecto, e se lembrava que era conveniente que o governo mandasse immediatamente pôr em construcção o lanço de Valle-Mayor a Mouquim (como mandou) e o de S. Pedro á ponte do Banho, a fim de tirar á opposição todo o pretexto de explorar a boa fé destes povos.

Ora o que nem o sr. Horta, nem o governo ainda sabe, é que aquelle memorial foi dictado por mim.

A' vista d'isto, parece-me que me cabia mais a accusação de explicar a politica a favor da estrada, do que a estrada a favor da politica.

O sr. Branquinho é que inventou o contrario; e um objecto, que a ninguem tem merecido mais sympathias e dedicação do que a mim, um objecto a que na bocca dos povos de Alafões anda ligado o meu nome como o prestante até de maiores serviços do que realmente lhe tenho feito, insinua o sr. Branquinho que era um motivo que eu vinha agora explorar, por o achar sympathico áquelles povos, que felizmente me repelliram. E' o que elle quiz dizer nas seguintes linhas do seu officio. — «O motivo era effectivamente sympathico aos differentes povos da localidade; porém a illustração e o bom espirito dos cavalheiros mais conspicuos e influentes de S. Pedro do Sul (refere-se ao sr. administrador e seu irmão, e creio que ao sr. Brasileiro e seu filho, e não sei se tambem ao sr. João Homem: que lhe agradeçam a distincção, o sr. João de Mello Soares, e todos os outros cavalheiros de S. Pedro, que acharam bom o projecto) soube comprehender felizmente a tempo que o meio assim empregado não podia ser o mais efficaz para se conseguir o fim, que se dizia em vista, (os resultados que o digam) ao mesmo tempo que poderia prestar-se a exploração de diversa natureza, tendo-se portanto resolvido a esperar que eu levasse ao conhecimento de v. ex.ª, que de mui reconhecida vantagem seria a construcção da mencionada estrada,» etc. — Conclue-se d'aquelle *resolver-se a esperar* dos taes cavalheiros, que sempre elles tiveram hesitação em esperar, e que achavam efficaz o tal meio, se as suas esperanças fossem frustradas. O que é a má fé do sr. Branquinho!

Mas o governo acreditou-o. Não o acreditou só; imitou-o, faltando despejadamente á verdade.

Quando o director das obras publicas d'Aveiro officiou para o ministerio não sei em que termos justificativos do meu procedimento, redarguiu-se-lhe de lá — «o facto de ter o tenente José Bandeira Coelho de Mello tomado parte nos tumultos que tiveram logar em S. Pedro do Sul, está perfeitamente evidenciado por todas as informações recebidas neste ministerio, e especialmente pelo officio, junto por cópia, do governador civil de Vizeu» — O governador civil dizia nesse officio, a que já me referi, que não tinha havido nem a mais leve alteração na ordem estabelecida, e que o «meeting» não passara de projecto.

O governo affirma que tiveram logar tumultos, e que isso está perfeitamente evidenciado, especialmente pelo officio do governador civil. Ou no ministerio não entendem o que lêem, ou é tal a leviandade e furor de intolerancia dos ministros que se lhes deslumbra a vista para phantasiar delictos.

Talvez porém se desculpem com alguma confusão do officio do sr. Branquinho com a carta do sr. Ayres de Gouvêa, a quem de certo se referia aquelle — *todas as informações recebidas neste ministerio,* — porque ninguem mais d'aquelles sitios as podia fazer n'aquelle sentido. Em fim tudo póde ser.

O que não póde ser, é subjeitar-me eu a aturar estas miserias politicas de ministros, que se prestam a ser instrumento de especuladores e intrigantes contra os servidores do estado proveitosos e independentes.

O sr. duque de Loulé é de todos os ministros de obras publicas o unico que tem desconsiderado a classe dos engenheiros, esta classe que fornece á nação os seus empregados mais uteis, que podem dizer-se os sacerdotes do progresso, e que hoje se distingue n'uma escolhida cohorte de mancebos illustres e briosos, que pelos seus estudos, pelos seus trabalhos, e pelos seus sentimentos se elevam na consideração publica e são um protesto vivo contra a corrupção e decadencia moral do seu paiz.

Não póde provir senão d'uma errada apreciação do valor d'esta classe, ou d'algum motivo de queixa pessoal contra ella, a desconsideração que o sr. duque de Loulé lhe tem manifestado.

A demissão do sr. Figueiredo, director interino das obras publicas de Coimbra, mandando-o recolher ao seu regimento, para espiar uma ridicula falta de submissão, com a promessa de voltar, depois de quinze dias ao seu logar como se fosse um menino de escóla; a demissão do sr. Campos e Silva, director das obras publicas de Portalegre, mandando-o passear por Lisboa, aguardando as ordens de s. ex.ª o ministro; a demissão do sr. Thomás d'Aquino, director das obras publicas de Bragança, passando-lhe ao mesmo tempo um attestado de zelo, intelligencia e probidade; e uma série de factos analogos que seria longo enumerar, attestam a verdade da minha asserção.

Se da parte do sr. duque ha alguma má vontade contra os engenheiros, não sei d'onde ella possa nascer, se não de ser a esta classe que pertence um grande numero dos seus adversarios politicos, como é o sr. Fontes, o sr. Latino Coelho, e outros, incluindo o proprio sr. Lobo d'Avila, com quem se diz que o sr. duque está em desintelligencia.

Seja porém o que fôr, o que é innegavel, é a alteração de espirito que eu causei ao sr. duque de Loulé, por me suppôr engenheiro politico, obrigando-o, com a minha lembrança do «meeting», a desistir do proposito que elle parecia ter de contrair o progresso da estrada de Aveiro a Vizeu, e a mandar annunciar aos povos que ia dar-lhe todo o desenvolvimento, que é a coisa que mais me tem lisongeado em toda a minha vida.

Não admira pois que s. ex.ª, sem me ouvir, e inventando que houvera tumultos em S. Pedro do Sul, em que eu tomára parte, me tirasse a commissão que eu tinha, e me mandasse apresentar no ministerio da guerra.

Eu, nem tractei de me justificar, nem aceitei protecções. O sr. governador civil d'Aveiro, Taborda, que me honra com a sua amisade, venceu a minha repugnancia em levar uma carta para o sr. Thiago Horta, cujo conteúdo ignorei, dizendo-me mui delicadamente que era para *fazer favor ao governo*. Entreguei-a nesse intuito e com essa recommendação em casa do sr. Horta, a quem não cheguei a fallar, porque não quiz passar além d'aquillo a que me abrigou a delicadeza do sr. Taborda. Sei que os meus amigos de Aveiro, e alguns outros, sem me consultarem, e por sua conta e risco, se esforçaram por me obter do governo uma reparação.

Em quanto, porém, elles andavam nesses esforços, apresentei-me eu no ministerio da guerra, onde simplesmente recebi a noticia de estar transferido do meu regimento para o de infanteria 17 por ordem do sr. visconde de Sá; declarei que queria a inactividade temporaria, perguntando se podia requerel-a sem ir ao corpo, ao que me responderam negativamente; marchei para Beja, para onde o sr. visconde de Sá costuma mandar os officiaes *suspeitos*; entreguei no acto da minha apresentação ao corpo o requerimento para a inactividade temporaria, e outro para quinze dias de licença registrada em quanto não chegava o despacho do primeiro requerimento; dei em seguida parte de doente, porque o estava, para tambem não fazer serviço em quanto não chegava a licença registrada; recebi depois os esperados despachos, e livrei-me finalmente assim das garras do governo.

N'esta minha resolução tive em vista o seguinte: acceitar a posição politica que me crearam, evitar a perseguição que me faziam, e que podessem mandar-me sem processo para a costa de Africa, regeitar a expiação arbitraria de crimes imaginarios, protestar contra o absurdo grosseiro da organisação do nosso exercito e do nosso pessoal de obras publicas, unica na Europa, que obriga engenheiros a fazerem destacamentos, e educa militares para engenharia civil, zelar a dignidade da minha classe e mostrar ao governo que nem preciso dos interesses das suas commissões, nem dos soldos da minha patente. Tenho muito em que empregar o meu trabalho com superiores vantagens, e, quando elle me falte, não me dá isso cuidado, porque tenho que comer em casa de meus paes.

Já mais d'uma vez tenho provado que não me curvo diante do dinheiro, e a minha ambição é sómente satisfazer a minha consciencia, e conservar a estima dos homens de bem.

Aveiro, 28 de novembro de 1863. — *José Bandeira Coelho de Mello.*

(Segue-se o reconhecimento.)

PARTE OFFICIAL

Conselho d'estado

Secção do contencioso administrativo

Recurso n.º 2:059 — recorrente o padre Antonio Francisco Franco, recorrida a camara municipal de Aljustrel, relator o exm.º conselheiro Joaquim José Dias Lopes de Vasconcellos.

Sendo me presente a consulta do conselho d'estado pela secção do contencioso administrativo sobre o recurso n.º 2:059, em que é recorrente o padre Antonio Francisco Franco, e recorrido a camara municipal de Aljustrel;

Mostra-se que o recorrente, sendo parocho collado n'uma das freguezias de Lisboa, e tendo obtido licença temporaria para ir tratar dos seus negocios particulares em Aljustrel, aonde tem propriedades, fôra collectado pela camara recorrida, como proprietario residente no concelho, no lançamento da contribuição municipal directa de repartição, e que, não sendo attendida a reclamação que fizera perante a camara, para lhe ser reduzida a metade a sobredita collecta por ter residencia obrigatoria em Lisboa, e achar-se por esse motivo comprehendido na disposição do artigo 140.º do codigo administrativo, recorrera para o conselho de districto, que não deu provimento no recurso com o fundamento de haver residido no concelho a maior parte do anno, gerindo os negocios da sua casa, dirigindo pessoalmente os differentes serviços da sua lavoura, e estabelecendo a sua residencia no concelho, segundo a licença que tinha, para estar ausente da sua freguezia;

Mostra-se que d'este accordão se interpozera recurso para o conselho d'estado, allegando o recorrente na sua petição de fl.... a improcedencia dos fundamentos do mesmo accordão, por não se tratar de domicilio politico, mas sim de domicilio civil, cujos requisitos estão prescriptos na ordenação livro 2.º titulo 56.º, sendo essencial, não só a residencia mas tambem o animo deliberado de residir, o qual não pode suppor-se que o recorrente tivesse, por ser parocho collado n'uma das freguezias da capital, d'onde se ausentára temporariamente com licença legal, para tratar da sua saude, e pedindo por estes motivos a revogação do accordão, de que recorre, por obrigar o recorrente a pagar o dobro da collecta, que lhe compete pagar, segundo a citada disposição do artigo 140.º do codigo administrativo;

Mostra-se que o conselho de districto a fl.... offerece, como informação, os fundamentos do seu accordão, e que a camara na sua resposta de fl.... procura sustentar a justiça da sua deliberação com o facto não contestado da residencia do recorrente e com as disposições dos artigos 13.º e 139.º do codigo administrativo;

O que tudo visto, bem como a allegação do advogado do recorrente e o parecer do ministerio publico;

Considerando que, pelo decreto de apresentação, pela carta de collação e pela concessão da licença de fl. 15 e seguintes, fica evidente, que o domicilio legal do recorrente é em Lisboa, aonde tem obrigação de residir, para exercer as importantes funcções do seu ministerio parochial, e que o mesmo domicilio não podia ser interrompido para os effeitos da contribuição municipal pela residencia accidental do recorrente no concelho de Aljustrel;

Considerando que a distincção, que a lei estabelece entre proprietario residente e proprietario não residente no concelho, ficaria sem applicação se a residencia accidental se confundisse com a permanente, sem attenção ás circumstancias e obrigações legaes, que podem concorrer nos mesmos proprietarios:

Hei por bem, conformando-me com a mencionada consulta, dar provimento no sobredito recurso, para o effeito de ser o recorrente considerado como proprietario não residente em relação á contribuição de que se trata.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 8 de dezembro de 1863. — REI. — Anselmo José Braamcamp.

Está conforme. — Olympio Joaquim de Oliveira.

Está conforme. — Secretaria do conselho de estado, em 18 de dezembro de 1863. — José Gabriel Holbeche, secretario geral.

CHRONICA DISTRICTAL

A obcecação da gente do «Campeão» tem subido a um accesso tal de loucura, que não ha mentira, que não tenha publicado.

Para ver se reage contra o paroxismo, que a prostrou para sempre, fez um protesto contra a eleição camararia, no qual allegava illegalidades, que não houve.

N'elle figuram poucos individuos, a quem o «Campeão» chama *cavalheiros respeitaveis* agora, e ámanhã dirá o contrario d'elles, se lhe retirarem o apoio.

A prova mais cabal de que tudo quanto se diz no protesto é falso, está no limitado numero de individuos que o assignaram.

O conselho de districto não deve fazer obra por similhante documento que traduz perfeitamente a paixão que obceca a quem o suggeriu, e as inexactidões que imaginaram os vencidos

para fazerem barulho. Já que não poderam fazer cousa alguma, estrebucham de impenitentes.

Mas o «Campeão» ainda os consola com dizer-lhes que a derrota foi para elles um triumpho. Podera não! Este «Campeão» é fino: tem uma logica invejavel.

E' um Bacon de nova especie. Quando quer faz do torto direito, e do direito torto. Formula e inverte os argumentos a seu talante, sempre que isso convenha aos seus interesses e aos dos seus apaniguados.

Cuvier não era capaz de recompôr um cadaver com alguns fragmentos zoologicos mais perfeitamente do que o «Campeão» retempera os animos dos seus confrades d'Agueda, entibiados nos seus fervores vaidosos pela atonia da derrota que ha muito minava as suas esperanças.

Em Agueda teve a sua gente 191 votos, tendo entrado na urna 488, o sufficiente, no entender do «Campeão» para o *triumpho*, que idealisou. 191 para 488! E' uma differença desanimadora!

— Estou maravilhado pela demora no provimento da egreja da Moita. Não sei qual seja a causa que tenha demorado a decisão do sr. ministro dos ecclesiasticos e da justiça. Similhante morosidade é muito prejudicial aos interesses moraes do povo d'aquella freguezia, porque pastores interinos nunca infundiram tanto respeito aos fieis de qualquer parochia como os vitalicios; e por isso deve haver a maior celeridade da parte do ministro competente no provimento de qualquer egreja vaga, para obstar a mil inconvenientes, que resultam de taes demoras.

O sr. prior d'Avelans de Caminho é o unico concorrente, segundo me consta, áquelle beneficio. O seu exemplar comportamento moral, civil, e religioso está sobejamente comprovado por todas as suas nobres acções, que tanto o engrandecem, e recommendam. Em todo o concelho d'Anadia é bem conhecida e devidamente considerada a sua conducta exemplar.

Portanto, não sei porque o sr. ministro hesita, ao que parece, em o provêr n'aquelle beneficio. Bom será que s. ex.ª não demore mais o despacho; porque isso redunda em grave prejuizo dos habitantes da supradita parochia, pelas rasões que expendi.

O sr. prior d'Avelans de Caminho tem todos os requisitos que se exigem para similhantes logares, e por isso, despachando-o, o sr. ministro só dá mais uma prova de quanto sabe fazer justiça a quem a merece.

— Consta-me que o sr. prior de Fermentellos é tambem um dos oppositores por concurso documental ao beneficio de Espinhel.

Este sr. tem sido um parocho dignissimo a todos os respeitos. D'uma conducta digna dos maiores louvores, o sr. prior de Fermentellos deve pelo sr. ministro da justiça ser preferido a qualquer outro concorrente. E' um orador distinctissimo, que tem por mais d'uma vez movido a admiração de muitas povoações do districto d'Aveiro, pelas admiraveis provas, com que faz resplandecer as verdades dogmaticas da nossa religião divina, pela selecção do phraseado, com que enfeita os seus discursos, pela exposição natural, com que move os affectos patheticos, e pela linguagem seductora da poesia, com que insuffla a verdadeira crença nos corações de todos os fieis.

Na cidade invicta, onde o sr. prior de Fermentellos tem pregado por differentes vezes, tem s. s.ª uma bem estabelecida reputação como orador; muitas vezes a sua voz tem revoado no recinto de seus templos; pelo que — segundo se diz — se teem os seus habitantes inebriado de enthusiasmado, sempre que se lhes proporciona o praser de o ouvir.

Por tudo isto e pelas virtudes, de que é dotado o supradito candidato, o sr. ministro dos ecclesiasticos não fará senão justiça despachando-o.

— A falta de chuvas e um desenfreado norderte, impregnado de gêlo, teem feito retrogradar tanto a vegetação luxuriante das searas, que, se a Providencia não se condóe de nós, teremos de luctar com uma grande carestia.

A pastagem dos gados tambem tem soffrido muito com isso.

— Todos os lagares n'estas circumvisinhanças estão extraindo o azeite da pouca azeitona, que houve. Por estes oito dias todos se fecharão á falta de azeitona.

— O sr. dr. José Correia de Miranda tem estado gravemente enfermo d'uma esquinencia.

Façamos todos votos ao Todo Poderoso pelo restabelecimento do illustre enfermo; porque a sua vida é muito preciosa, para o concelho, não só pelas virtudes civicas, que o adornam, como tambem por ser um dos mais habeis jurisconsulto do districto d'Aveiro.

— O sr. dr. Agostinho continua ainda bastante doente dos olhos.

— O sr. visconde da Borralha partiu na companhia de seu filho, o sr. Fernando Caldeira, para a sua casa de Castello-Branco.

— A opposição quiz vêr se fazia alguma cousa nas juntas de parochia, juizes eleitos, e juizes de paz, mas, como viu que em presença da grande maioria não fazia nada, deixou-se de provar mais a sua nullidade.

Concelho d'Agueda, 26 de dezembro de 1863.

* * *

CORRESPONDENCIAS

«*Sr. redactor.*

Agueda, 23 de dezembro de 1863.

Desatou-se o nó gordio. A bandeira da corrupção e do vandalismo, que tremulava no campo d'além ao sopro da pilhagem, baqueou; jaz por terra o ultimo andrajo d'ella envolto em lama para nunca mais poder levantar-se, e dar de frente áquella que hoje se ergue nos arraes de cá com a legenda=PROGRESSO=.

E' mais uma lição que o sr. João Ribeiro com os seus levou no seu orgulho; é o resultado de suas acções, e da pessima gerencia da sua administração.

Esta prova de desaffeição que os seus conterraneos lhe deram, é a significação da oppressão que lhes fez.

E nem o sr. João Ribeiro nos diga que o administrador se serviu da sua posição para o vencimento das eleições; todos queriam levantar-se do opprobrio que os aviltava, todos se queriam regenerar, e emancipar da tutella e da escravidão em que jaziam.

Muitos, sabemos nós, lhes promettiam o seu voto, com a bocca a espumar de hydrophobia.

Abram-se agora de par em par as portas da nova era em que as delicias do concelho vão ser saboreadas n'uma paz perduravel.

Foi preciso derrubar por terra a *arvore* que matava a quem procurava achar a esperança para colher o fructo do progresso do concelho: era forçoso derrubar o colosso que jurou empenhar-se em desviar o commercio dos melhoramentos concelhios: finalmente foi preciso derrubar, e para sempre, a esses que pertendiam, impunemente, pôr o seu pé de iconoclastas sobre os padrões mais honrosos, que herdamos de nossos paes, e que chegaram a intimar nos com entono para não boquejarmos, *nem por graça*, ou em nomes, ou em datas, ou acções de seu despotismo que lhes podesse ferir a sua philaucia.

Por isso mesmo se insurgiu o melindre patriotico do concelho d'Agueda em presença de taes provocações, e dêu-se-lhe a bem merecida resposta:

Não lançamos a luva, levantamol-a.

**

EXTERIOR

Dos jornaes dos ultimos correios extrahimos os seguintes telegrammas:

Nova-York 5. — A perda dos federaes na ultima batalha de Chatanoga é avaliada em 4,500 homens.

Os federaes fizeram 6,000 prisioneiros e tomaram 46 peças d'artilheria.

York 11. — Lincoln publicou uma proclamação offerecendo ao sul uma amnistia condicional se entrar na obediencia.

Na mensagem de Lincoln mantem-se energicamente a emancipação dos escravos; faz-se sciente as boas relações com a França, e diz-se que a Inglaterra impediu expedições hostis, só como meio de evitar a guerra. Pede um emprestimo de 460 milhões de dollars.

Copenhague 11. — Houve um meetting pedindo que a Suecia soccorra a Dinamarca.

Stokolmo 11. — A Suecia não consentirá que as tropas allemãs passem o Eider.

Viena 17. — Terminou provisoriamente a crise ministerial, e mr. Schmerling fica no ministerio.

Varsovia 17. — Um edito do governo russo intima todos os proprietarios, rendeiros e intendentes de terras que estejam em Varsovia para que voltem a suas casas dentro de 7 dias. Pagarão 25 rublos por cada dia de demora, e não deverão afastar-se das suas habitação sem uma licença da anctoridade militar, licença que não será concedida senão aos cidadãos leaes.

—Trieste 18—Dizem de Athenas em data de 12 do corrente que a assemblêa nacional addiou indifinidamente a discussão relativa á questão jonica. Esperava-se n'esta capital uma deputação jonica para se entender com o governo ácerca do projecto de união.

A carta do sultão em resposta ao convite para o congresso declara que está disposto a assistir com tanto que não se trate n'elle de questões que compromettam a integridade do imperio attomano.

—Berlin 18—Na sessão da camara dos deputados d'hoje, mr. de Bismark respondendo a differentes interpellações, disse que os principes d'Augustemburgo ainda ha pouco lhe tinham agradecido a sua mediação a favor do arranjo feito em 1852 entre elles e a Dinamarca.

O presidente do conselho acrescentou que o rei estava sufficientemente informado de tudo o que se tem passado, e que todas as asserções contrarias são despidas de fundamento. O fim do emprestimo é claro. O governo não quer por modo nenhum sacrificar nem o solo nem o direito allemão, e é impossivel que a camara o não secunde na sua vontade.

«Não podemos, accrescentou mr. de Bismark, entrar em explicações mais circumstancidas sobre a politica da Prussia; só queremos levar por diante a execução federal como é justo.

« Se queremos a guerra podemos tel-a todos os dias. No caso de que as ultimas noticias particulares de Copenhague se confirmassem, o governo ver-se-ia obrigado a pedir preparativos de guerra mais consideraveis á dieta, e creditos mais extensos ao paiz. Recusando lhe os meios de cumprir os seus deveres federaes e de defender as costas prussianas, a camara assumiria uma grave responsabilidade.»

A mensagem foi por fim adoptada por 207 votos contra 107.

Berlim 18. —O rei foi atacado levemente de rheumatismo.

Gotha 18. — Diz-se que o duque de Coburgo Gotha, cedendo a pedidos reiterados, resolveu entrar na junta central sleswig-Holstense, que se está formando, a fim de servir d'intermediaria entre o movimento nacional, os governos allemãs e o duque de Sleswig-Holstein.

Copenhague 18—Os funeraes do defunto rei tinham attrahido uma multidão immensa. A carroagem real era seguida pela do rei da Suecia e pelas da deputação sueca.

Prosegue a publicação das respostas dos soberanos ao convite para o congresso europeu.

Do rei do Hanover

Senhor meu irmão.

Recebi com tanto prazer como reconhecimento a carta que V. M. I. teve a bondade de dirigir-me em 4 do corrente.

Resolver as questões pendentes por meio d'um congresso das potencias europeas; acalmar a inquietação sempre crescente que entrava ou retarda o desenvolvimento e a prosperidade dos estados; paralisar os exforços dos partidos subversivos; assegurar emfim a tranquilidade da Europa afastando os perigos da guerra, é o serviço mais importante que se póde fazer á causa da civilisação, é uma empreza que deve obter os suffragios de todos aquelles cujas aspirações tendem ao bem da humanidade.

V. M. acaba de tomar a iniciativa d'elle propondo regular o presente e assegurar o futuro n'um congresso.

Faço justiça ao pensamento que guiou V.M. imperial e agradeço muito sinceramente o convite que me fez para me associar aos seus generosos projectos.

Espero que a Allemanha—principalmente a Austria e a Prussia que n'esta questão tem interesses de que eu não poderia separar os do reino do Hanover, estará no mesmo caso de prestar o seu concurso á tarefa que V. M. I. se impoz a si mesmo, e, n'este caso será para mim um verdadeiro praser cooperar, tanto quanto me for possivel, para a realisação da obra que V. M. emprehende.

Espero que acceiteis as seguranças etc. etc.

Jorge Rex.

Castello de Herenhaussen 23 de novembro.

Do rei da Baviera

Senhor meu irmão.

Recibi a carta que V. M. I. houve por bem dirigir-me, com data de 4 do corrente propondo-me tomar parte n'um congresso que se reuniria em Paris, com o fim de lançar as bases d'uma pacificação da Europa.

Não posso deixar de fazer inteira justiça aos sentimentos elevados que inspiraram esta proposta.

Os tratados de 1815 sobre que descança hoje o edificio politico da Europa, estão, não o ignoro, destruidos ou despresados na sua maior parte. Não ha pois obra mais bella que poupar ao futuro as perturbações quasi inevitaveis d'este estado de coisas regulando de accordo com as outras potencias, as questões litigiosas do presente a que as disposições d'estes tratados não poderiam mais ser applicadas.

Folgo de esperar que a proposta da V. M. I., seguida d'esclarecimentos ulteriores a este proposito, encontrará tambem junto das potencias directamente interessadas na solução d'estas questões o acolhimento indispensavel para lhe assegurar o successo.

N'esta supposição não hesito em adhirir á proposta de V. M. I., e julgar-me hei feliz por concorrer para a obra da pacificação geral tomando parte nas conferencias futuras.

Aproveito esta occasião etc.

Max.

Roma 24 de novembro de 1863.

Do rei dos hellenos

Senhor meu irmão.

Fui muito sensivel ao convite que V. M. I. teve a bondade de fazer-me, pela sua carta de 4 d'este mez, para tomar parte n'um congresso de soberanos que se devia abrir em Paris com o fim de fazer assentar sobre novas e mais solidas bases o edificio politico da Europa, e prevenir os perigos que poderiam pôr em perigo a paz geral.

Este appello á conciliação, que V. M. I. acaba de fazer no interesse da ordem europeia foi inspirado por vistas muito generosas e muito elevadas para não encontrar em mim o acolhimento devido.

O nobre pensamento que a elle presidiu não podia ser melhor realçado do que V. M. I. o fez pela linguagem tão franca, e pelas considerações tão judiciosas de que acompanhou a sua proposta.

Aceitando-o sem reserva, partilho inteiramente das esperanças que V. M. I. manifesta na sua carta. A reunião do congresso será talvez a melhor solução das graves questões que preocupam todos os espiritos na Europa, e contribuirá para o desenvolvimento da prosperidade geral pela manutenção da tranquilidade.

Sente-se effectivamente, que é preciso tomar em consideração o espirito do seculo, as aspirações legitimas dos povos, as circunstancias do momento, procurar por todos os meios possiveis assegurar o futuro, regulando o presente de modo que desappareça todo o fermento da perturbação e discordia.

A obra commum para que V. M. I., convida os chefes dos estados europeus seria, sem contradicção, um dos maiores progressos da nosso epoca. O seu successo satisfaria os votos ha muito formados pelos amigos da humanidade.

Felicitando V. M. I. pela gloriosa iniciativa que tomou, desejo sinceramente que a sua proposta seja tambem acolhida favoravelmente pelos outros soberanos, e lisonjeio-me de esperar que os interesses e os direitos dos christãos no Oriente encontrarão n'ella um benevolo defensor no futuro conselho internacional.

E' com estes sentimentos que me apresso a offerecer a V. M. I. as seguranças da alta estima e inviolavel amisade com que sou

Senhor meu irmão

De V. M. I.

bom irmão

Jorge.

Athenas 14 (26) de novembro 1863.

NOTICIARIO

Fallecimento. — Falleceu o sr. dr. Joaquim Lebre de Sousa e Vasconcellos, no dia 3 do corrente pelas 6 horas da manhã, na sua casa de Aguim. Foi sepultado no cemiterio da Mealhada em uma das sepulturas da sua familia, ao lado de sua irmã D. Thereza Joaquina de Vasconcellos Lebre, ali sepultada em 18 de dezembro de 1860. Era lente jubilado da faculdade de mathematica na universidade de Coimbra, casado com a exm.ª sr.ª D. Maria da Piedade Cerveira e Sousa, e deixou dois filhos, a exm.ª sr.ª D. Roza Joaquina Cerveira e Sousa de Vasconcellos Lebre, e o sr. José de Vasconcellos Cerveira Lebre.

* *

O Natal de um jornalista. — Quando todos folgam e se divertem, o jornalista está sempre amarrado ao seu eterno posto de martyrio.

Na antevespera do Natal deitou-se ás 3 horas cançado de escrever e estudar. A's 9 horas da manhã batem-lhe á porta. Pergunta ao creado:

— Quem é?

— O continuo da imprensa que vem buscar os originaes porque os compositores querem acabar o jornal cedo para irem á missa do gallo.

Ergue-se a tiritar com frio, e conturbado pelo somno, prepara-se e senta-se á banca.

Mal traçou as primeiras linhas outros apoquentadores a perseguirem-no. Diz o creado:

—O distribuidor do «Jornal do Commercio», pede a consoada.

— Da-lhe 500 réis.

O creado executa:

— Agora está ali o da «Revolução».

— Que quer?

— Idem.

— Entrega-lhe 400 réis.

— Veio o do «Conservador».

— Dá-lhe 300 réis.

— Tambem pede o da «Nação».

— Leva-lhe 240 réis.

— Agora espera lá fóra o do «Progressista».

— Irra! Dá-lhe 200 réis.

— Está tambem o do «Portuguez».

— Dize-lhe que não tenho.

— Senhor, olhe que é papel do governo. Pode julgar que é vingança politica.

— Tens razão. Dá-lhe... 300 réis.

— Mas olhe que o do «Progressista» levou só 200 réis.

— Esse é pago pelo governo, não ha-de precisar tanto.

— Tambem lá está o do «Asmodeu»

— Vê lá se falla em mim.

— Diz aqui'umas cousas feias a seu respeito.

— Chama-me ladrão ou tratante?

— Não senhor. Diz que o senhor... perdoe... é tolo.

— Dá lhe 600 réis. E não me venhas importunar mais.

— Mas senhor, está lá tambem o homem dos perús. Traz o casal que v. s.ª lhe encommendou.

— Paga-lhe.

— Com que?

— Ora essa com o dinheiro que lá tens!

— Perdão, patrão; mas os distribuidores levaram-no todo. Eram 2$700 réis!

— E o homem não fia?

— Diz que... como isto de papeis deixão pouco, tem medo de callote.

— Pois paciencia. Ficarei sem perú. Divirta-se o povo. Folguem os distribuidores, que eu ficarei a fazer cruzes na bocca! (*Conservador*)

Dous ferrabrazes.—Contava ha dias o «Nacional» o seguinte epizodio acontecido no Porto no theatro de S. João:

Os enthusiasmos da dança iam dando logar a uma scena de sangue—que ficou em dous ponta-pés reciprocos!

—Siu!

—Porque disse siu?

—Porque estou no meu direito... Olhe: siu!

—Se torna a fazer isso durante a dança do Carnaval... mato-o.

—E eu mato-o, e enterro-o!

—Vejamos qual das duas sepulturas se tem de abrir primeiro!

E com a rapidez do relampago, com um desamor selvagem pelas proprias tibias, os dous contendores disparam dous ponta pés ao mesmo tempo! A segunda descarga foi impedida pela multidão que fazia de padrinho!

N'um momento se restabeleceu a paz, e de certo ficaram sem odio os corações dos guerreiros.

Naufragio.—Na tarde do dia 11 do corrente foi ao fundo a 25 milhas ao N. do cabo de S. Vicente o vapor hamburguez «Saetta», capitão Barban. O sinistro teve logar em consequencia do navio fazer agua.

O navio era do lote de 100 toneladas, e vinha de Barcelona com destino para Hamburgo. Trazia vinte pessoas de tripulação, que se salvaram todos nos escaleres do navio. A alfandega tomou conta dos insignificantes objectos salvados, em consequencia de terem sido abandonados pelo capitão.

Jubilação.—Por decreto de 16 do corrente foi jubilado com o ordenado por inteiro o o sr. Antonio Manuel da Fonseca, professor proprietario da cadeira de pintura historica da academia das bellas artes de Lisboa.

Nomeação.—Por decreto da mesma data foi nomeado official da bibliotheca do lyceu nacional de Faro o sr. Vicente Baptista Pires Junior.

Caminho de ferro para Cintra.—Novamente torna a fallar-se na construcção de um caminho de ferro para Cintra. Affirma um jornal da capital que estão incumbidos trez engenheiros francezes de fazerem os estudos necessarios para levar a effeito o projecto.

Delegacia a concurso.—Esta aberto concurso para um logar de delegado do procurador regio vago em comarca do continente do reino.

Entregas de ramos.—Tiveram logar, segundo o costume, nos dias 26 e 27 do corrente as entregas de ramos das irmandade do SS. Sacramento nas duas freguezias d'esta cidade, Vera Cruz e Nossa Senhora da Gloria.

As festas foram este anno menos ruidosas que de ordinario. Vae-se generalisando muito o costume de receber o ramo na egreja, o que equivale a acabar com o que os festejos d'esta epoca do anno teem de mais original e attrahente. Foi limitado o numero de mordomos que este anno receberam os ramos em suas habitações, e por isso limitado foi tambem o numero de casas visitadas á noute pelos *parceiros velhos*. Não nos consta por ora que tenha havido reuniões dançantes de pessoas da alta sociedade, e mesmo a classe baixa pouco tem folgado.

Na proxima sexta-feira ha de ter logar a terceira e ultima entrega de ramos, a da irmandade do Senhor do Bemdito.

Boa nova. — Estão concluidas as obras da linha-ferrea entre Lisboa e o Porto. Hontem por volta das 3 horas da tarde passou n'esta cidade uma locomotiva, em que iam percorrendo toda a linha os srs. Arribas e Abreu, o primeiro director geral, e o segundo chefe da linha de Lisboa ao Porto.

A respeito da celeridade com que se construiu a ponte de Mocate, expressa-se do seguinte modo o nosso collega do «Jornal do Porto»:

«A ponte de Mocate, essa avultada obra d'arte, a mais importante que havia a fazer, foi levantada quasi maravilhosamente dentro de oito ou dez dias.

Para se calcular a importancia do trabalho em tão curto praso realisado, basta saber que a ponte de Mocate, que é de ferro, consta de quatro tramos de 20 metros cada um, e tem o peso total de setenta tonelladas.

A obra desta ponte foi dirigida pelo habil engenheiro D. Luiz Zapata, que tem grangeado os melhores creditos pela sua competencia em trabalhos desta ordem.

Parece que o sr. Zapata será encarregado da construcção da grande ponte sobre o Douro.»

Chronicas do seculo 17.º — Recebemos um exemplar d'este romance, com que se dignou mimosear-nos o seu illustre auctor, o ex.mo sr. Mendes Leal, ministro da marinha, a quem os cuidados inherentes ao alto cargo que tão bem tem exercido não impedem de continuar a mostrar-se diligente e esmerado cultor das letras patrias.

O nome do sr. Mendes Leal é mais que sufficiente recommendação para o livro de que fallamos, e que vae-annunciado no logar competente. A imprensa tem-se occupado d'elle do modo o mais lisongeiro para o seu auctor. Depois de o lermos emittiremos tambem o nosso juizo, que não póde deixar de lhe ser favoravel.

Nomeação e posse. — Foi nomeado administrador do concelho de Manteigas no districto da Guarda o nosso amigo e condiscipulo na universidade o sr. Antonio Ferreira Garcia Diniz, que já tomou posse do mencionado logar.

O sr. Garcia Diniz foi um estudante distincto, e cremos que ha de ser um magistrado digno. Felicitamol-o pelo seu despacho, e no governo pela boa escolha que fez.

CORREIO

Os jornaes da opposição já não contam tanto para a tempestade parlamentar com que ameaçam o ministerio, com a questão do emprestimo ultimo, como com a das eleições municipaes no districto de Villa Real.

Folgamos que a opposição se mostre inexoravel n'uma questão tão constitucional como esta, e ainda folgariamos mais se em questões taes, quando se provasse a illegalidade de eleições ou a prepotencia da auctoridade, não houvesse senão opposição. Veremos como as coisas correm.

A concessão do banco hypothecario parece que novamente se acha embrulhada. São tantas as exigencias, que as 20 mil acções que o sr. duque de Loulé reservava para os capitalistas portuguezes a nada chegarão. Além d'estas numerosas exigencias apresentaram-se muitos alvitres, e tão encontrados, que o sr. duque de Loulé teve por melhor sobre-estar n'este negocio, já começado, até que o possa resolver a aprazimento de todos, ou pelo menos conciliar o mais possivel os interesses que se debatem.

Não falta quem lembre ao sr. presidente do conselho o expediente de levar novamente a lei á camara, e ali acabar como privilegio d'esta concessão, porque assim ficaria desmanteatado o sr. ministro. Parece nos muito racional e acceitavel esta lembrança visto ter aquella lei hypothecaria de voltar ao parlamento por não a querer acceitar como está a commissão revisora do codigo civil.

Hoje tudo o que cheira a privilegios, ou encontra muitas difficuldades na pratica, ou a opinião publica se pronuncia por tal forma contra elles, que força é dar-lhes de mão.

E já que fallamos em privilegios vem a proposito dizer aos nossos leitores que é negocio decidido que o actual governo vai acabar com o do tabaco, e optar pela liberdade de commercio e fabrico d'este genero. E' resolução tomada por acôrdo unanime; de todos os srs. ministros. segundo se diz.

E' uma questão importantissima e que deve ser tratada com toda a placidez e gravidade.

A actual arrematação do tabaco acaba em maio do anno futuro. A proposta para a extincção do monopolio e adopção da liberdade deve ser um dos primeiros actos do sr. ministro da fazenda na proxima sessão parlamentar, e do qual, primeiro que tudo, os srs. deputados se devem occupar; para por este modo, e no caso de adoptarem a liberdade do fabrico poderem os especuladores d'esta industria preparar-se com a maior antecipação possivel; que ainda assim não será bastante para nos primeiros mezes arrancarem o exclusivo da vendagem aos actuaes arrematantes.

O correspondente de Lisboa do «Diario Mercantil» diz em data de 24 do corrente sobre este assumpto, o seguinte:

«E' fóra de duvida que o governo proporá a liberdade da industria do tabaco. O sr. ministro da fazenda, tendo estudado a questão quer pelo lado do monopolio, quer pelo lado da *regie*, quer pelo lado da liberdade,—depois de ter compulsado a legislação sobre o tabaco e os resultados praticos conseguidos em todos os paizes,—obteve o convencimento de que a liberdade do tabaco hade produzir maior rendimento do que o monopolio, fazer diminuir para o consumidor o preço do genero e melhorar-lhe a qualidade, que hoje não pode ser peior.

Os pontos em que assenta o projecto de lei são os seguintes:

Prohibição de cultura de tabaco no continente;

Liberdade de fabrico e venda no continente;

Liberdade de fabrico, cultura e venda nas ilhas adjacentes;

Direitos de importação elevados, mas muito menores do que o onus que hoje pesa sobre o tabaco como materia prima;—isto é, preço de arrematação para o estado, actuaes direitos de entrada e despezas da fiscalisação do contracto;

Imposto especial sobre as lojas de venda dos tabacos;

Imposto industrial sobre o tabaco; este imposto será cobrado nas alfandegas;

Imposto especial sobre cultura nas ilhas, e para animar esta, o tabaco d'aquella procedencia terá um direito protector no continente.

Eis as bases da proposta que julgo satisfará aos fins que mira. Dizem-me tambem que no ultimo conselho de ministros merecera os louvores de todos os membros do gabinete.»

Consta que ainda se não acha resolvido o negocio da presidencia da camara dos srs. deputados, e que o sr. Costa Fernandes consultado telegraphicamente se acceitava esta presidencia respondera que não, e a mesma resposta dera a alguns dos srs. ministros que lhe escreveram pedindo-lhe que acceitasse. Tambem se assevera que os srs. ministros escreveram a todos os srs. deputados seus amigos e partidarios, pedindo-lhes que comparecessem sem falta no 1.º de janeiro, para na primeira reunião da maioria se tratar o negocio da presidencia.

Os chefes da opposição tambem escreveram aos srs. deputados das provincias, seus sectarios, pedindo-lhes egual comparecimento, e diz-se que a primeira batalha que a opposição dará ao governo será na eleição da presidencia.

A corveta D. João deve sahir de Lisboa para Londres por esta semana para metter machinas a vapor. Vão n'ella 21 pedras dos melhores marmores portuguezes que S. M. El-Rei o sr. D. Luiz offerece á rainha de Inglaterra para o tumulo de seu fallecido marido o principe Alberto.

S. M. El-Rei dignou-se declarar-se protector do seguro mutuo de vidas, estabelecido pelo banco União da cidade do Porto.

Do «Jornal do Commercio» transcrevemos o que abaixo se lê e muito desejamos que se realize uma tal ideia.

«Consta que o governo, de accordo com alguns capitalistas importantes, trata activamente de organisar um banco colonial. Este grande estabelecimento de credito deve ter a sua séde em Lisboa, e agencias nos pontos principaes das nossas vastas possessões de Africa e Asia.

Se effectivamente esta grande idéa de administração economica tiver realidade, hão de ser immensos os seus resultados salutares. No estabelecimento de um banco d'esta natureza, vemos não só um meio efficaz de aproximar do immenso territorio das nossas colonias o poderosissimo auxilio do capital e do credito, mas temos por certo que seria immediata consequencia d'elle a facilidade e regularisação das relações mercantes entre a metropole e as colonias.

Em grande parte das nossas possessões abundam todos os recursos naturaes propicios ao desenvolvimento de uma grande industria; faltalhes, porém, o capital, e este difficilmente prestaria o seu concurso sem a indispensavel cooperação de um estabelecimento bancario poderoso, e discretamente dirigido. Se o governo pois, pela sua iniciativa, ou pela sua valiosa coadjuvação, levar a effeito o pensamento a que alludimos aqui, terá prestado ás colonias um relevantissimo serviço.»

A fome continuava a flagellar com todos os seus horrores os nossos irmãos do archipelago de Cabo Verde. Não chovia ali ha 14 mezes! Os gados que havia tem morrido todos por falta de alimentação.

Em algumas das ilhas d'aquelle archipelago os seus habitantes teem chegado a comer a carne dos burros que morrem e outras coisas da maior repugnancia.

Para tanta fome tem sido insufficientes os soccorros que o nosso governo tem mandado, e que de differentes partes teem vindo para ali.

ANNUNCIOS

EDITAL

Francisco Antonio da Costa Guimarães, recebedor da comarca d'Aveiro etc.

Faço saber, que tendo me sido entregues pelo escrivão de fazenda do concelho d'Aveiro, os conhecimentos para a cobrança da contribuição industrial, pessoal e decima de juros relativa ao anno civil de 1863, se acha aberto o cofre para a recepção por espaço de 60 dias, que começam no dia 2 de janeiro proximo futuro, na minha morada na rua dos Mercadores desta cidade.

Findo o mesmo praso, ficam desde logo os contribuintes que não pagarem á bocca do cofre sujeitos ao pagamento de trez por cento sobre as suas collectas, applicados para a fazenda nacional; e em seguida serão avisados pessoalmente para pagarem no praso que lhes for marcado etc.; findo o qual serão relaxados administrativamente.

Recebedoria da Comarca d'Aveiro, em 22 de dezembro de 1863.

O recebedor da comarca
Francisco Antonio da Costa Guimarães.

Quem perdesse uma porção de dinheiro na feira da Oliveirinha do dia 22 do corrente, falle com o rd.º reitor d'aquella freguezia, que dirá a pessoa que o achou e está prompta a entregar a quem mostrar pertencer-lhe.

Pela alfandega d'Aveiro se annuncia, que a requerimento de Pereira & Filho, consignatarios dos salvados do naufragio do brigue inglez—Helen Jane — no dia 31 do corrente mez de dezembro, pelas 10 horas da manhã, á porta do armazem de D. Margarida Angelica Henriques de Carvalho, no Rocio, se hão-de arrematar uma pipa cheia de vinho do Douro —duas meias pipas com pequenas porções do mesmo vinho —doze pipas, e sete meias pipas vasias, dois caixões vasios — uma porção d'aduella e uma pequena porção de aguardente.

O Escrivão da Receita
João de Mello e Freitas.

CHRONICA DO SECULO XVII

POR

José da Silva Mendes Leal

Um volume de mais de 300 paginas, nitidamente impresso, contendo dois romances historicos portuguezes, cujos titulos são:

Infaustas aventuras de mestre Marçal Estouro, victima d'uma paixão.

O Forte de S. Jorge.

Vende-se em Lisboa na livraria do editor A. M. Pereira, rua Augusta n.os 50 e 52; — e nas mais do costume. — No Porto, na livraria da viuva Moré, e na do sr. Cruz Coutinho. — Em Aveiro, na livraria aveirense.

Preço..... 600 réis.

Vende-se uma casa terrea defronte do convento de Sá. Quem a pretender dirija-se ao escriptorio d'esta redacção, que se dirá com quem pode tratar.

PROGRESSO PELO CHRISTIANISMO
CONFERENCIAS

Recitadas no templo de Nossa Senhora de Paris

PELO REVD.º PADRE FELIX,
DA
Companhia de Jesus

Estão publicadas as dos annos de 1861-1862 e 1863, estão no prelo as de 1856, continuando esta publicação successivamente até ás de 1860

PREÇO

Para os srs. assignantes da «Fé Catholica» cada exemplar..... 360
Avulso..... 500

Vendem-se em Lisboa no escriptorio do jornal a «Nação» e na loja do sr. Lavado, no Porto em, casa do sr. Ignacio Corrêa, rua do Bellomontee n.º 2 e 4; em Coimbra em casa do sr. José do Mesquita, rua das Covas; na Covilhã em casa do sr. Luiz Antonio de Carvalho; em Elvas em casa do sr. Joaquim Antonio Lopes.

Rio de Janeiro

A barca—NOVO TENTADOR,—vai sahir com muita brevidade por ter o seu carregamento prompto.

Este acreditado navio torna-se recommendado pelos bons commodos que tem para passageiros, e para os de prôa belliches.

Trata-se com o caixa Felix Pereira Barbosa Braga, rua das Flores n.os 99 a 101.

Rio de Janeiro

Vai sair com muita brevidade a nova galera — ADAMASTOR, — capitão Santos.

Recebe carga e passageiros a pagar aqui ou no Rio de Saneiro.

Este excellente navio torna-se recommendavel pelo bom tratamento e grandes commodos que offerece, tendo tambem beliches para os passageiros de prôa.

Tracta-se com Manoel Pereira Penna & C.ª, praça de Carlos Alberto n.º 132.

Aviso

A barca—JOVEN ERMELINDA,—acha-se prompta a seguir viagem no dia 30 do corrente.

Os srs. passageiros devem quanto antes vir legalisar suas passagens ao escriptorio de José Corrêa de Sá, praça de Carlos Alberto n.os 54 e 55. Não recebe carga.

FOLHINHA ECCLESIASTICA
AVEIRENSE
Para 1864

Em attenção a que mais facil se observe a obrigação ordenada official aos respectivos parochos, e annunciada no noticiario d'este jornal n.º 249 por o ex.mo e revm.º sr. vigario geral, prelado desta diocese. — Acha-se á venda nas residencias dos revm.os srs. parochos de — Roge — Agueda — e Abelans de Caminho, — e na loja do sr. Francisco José Marques, do Pinheiro da Bemposta — e nesta cidade — na do sr. Bento José de Amorim — na Praça do Commercio.

Preço..... 140 réis

HOTEL DO VOUGA.
EM AVEIRO
PRAÇA DA FRUCTA.

Abriu-se ao publico no dia 20 do corrente. Tem boas commodidades para hospedes. Mesa redonda todos os dias ás 3 horas da tarde.

RESPONSAVEL:—*M. C. da Silveira Pimentel.*—**Typ. do «Districto de Aveiro».**